



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO
SECULT/CONSEC - Conselho Estadual de Política Cultural

Ata

46ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

07/04/2025

Aos 7 dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, após verificação de quórum em segunda chamada, o conselheiro José Oliveira Junior, suplente, abriu a 46ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma online, com a presença verificada de 26 membros titulares e 16 membros suplentes, quais sejam:

Maristela Rangel Pinto - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Titular
José Oliveira Junior - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Suplente
Itallo Marcos Ribeiro Gabriel - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Titular
Petterson Menezes Tonini - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Titular
Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Titular
Pablo Soares Pires - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Suplente
Ramon Diniz - Associação Mineira de Municípios, Suplente
Fernando Antônio Tibúrcio de Oliveira - Empresa Mineira de Comunicação, Titular
Matheus Ferreira Lima Rufino - Empresa Mineira de Comunicação, Suplente
Ivan dos Santos Cândido - Fundação Clóvis Salgado, Titular
Adriano Maximiano da Silva - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Titular
Vanusa Rodrigues Chaveiro - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Suplente
Luis Gustavo dos Santos Dutra - Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo, Titular
Débora Balarini Nery Martins - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Suplente
Nina Abreu Carvalho - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Suplente
Izabella Cristina Rosa Nigri - Secretaria de Estado de Educação, Titular
Eduardo Silva da Silveira - Secretaria de Estado de Fazenda, Titular
André Luiz Veloso Ferreira - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Titular
Aryanne Ribeiro - Audiovisual e Novas Mídias, Titular
Terezinha Lucia de Avelar - Audiovisual e Novas Mídias, Suplente
Beatriz de Souza Resende - Circo, Suplente

Daiany Soares Sarmento - Cultura alimentar e gastronomia, Titular
Luis Fabiano dos Santos - Culturas afro-brasileiras, Titular
Eni Carajá Filho - Culturas indígenas, Titular
Thaynã Fernandes Araújo Paes - Culturas populares e tradicionais, Titular
Jussara Braga Bastos - Danças, Titular
Wenderson Godoi dos Santos - Danças, Suplente
Antonio Carlos Pimenta Diniz - Design e artes visuais, Titular
Gicelaine Pinheiro Leite Bicalho - Design e artes visuais, Suplente
Pedro Márcio Nascimento Pizelli - Entidades sociais culturais, Titular
Marina Coutinho Azze - Entidades sociais culturais, Suplente
Mary Figueiredo Arantes - Moda, Titular
Carlos Alexandre Ribeiro Batista - Moda, Suplente
Andressa Iza Gonçalves - Museus, espaços de memória e acervos, Titular
Jeferson Rios Domingues - Museus, espaços de memória e acervos, Suplente
Leandro César da Silva - Música, Titular
Cassiano Alves Maçaneiro - Música, Suplente
Platinny Dias de Paiva - Patrimônio cultural, Titular
Charles Moraes De Lima - Patrimônio cultural, Suplente
Luciene da Silva Nogueira - Política Estadual de Cultura Viva, Titular
João Carlos Freitas da Silva - Política Estadual de Cultura Viva, Suplente
Lucas Cristian de Oliveira (Sidrach) - Produção cultural e técnica, Titular
Morrison de Oliveira - Teatro, Titular

PAUTAS:

1. Execução do Fundo Estadual de Cultura 2025;
2. Acompanhamento e avaliação dos Editais PNAB 2024;

FEC - Esclarecimento sobre a execução do FEC 2025

Leônidas: iniciou a reunião comunicando que o Restaura Minas está encerrado devido aos caminhos que foram tomados referente ao FEC. Reforça que apesar de ser discricionário do secretário, de decidir para onde vocês acham que o recurso deve ir, a Secult, como sempre fizeram, decidiu executar e repassar os recursos.

Maristela: conclusões sobre o FEC colocado pelo secretário, o FEC não será mais contemplado com o Restaura Minas. Então esse assunto fechou no sentido de que ele colocou que, já que existe essa colocação deliberado que o CONSEC vai informar onde quer que os recursos sejam utilizados a partir desse ano.

Luciene: observações sobre o Restaura Minas. Queria entender a dinâmica. Questiona o fato das

coisas chegarem prontas. Deixar registrado em ata; aproveitando a questão a conselheira cobra as atas antigas e a questão das diárias. Aponta a questão da sobrecarga. E o cronograma? Os resultados ainda não foram finalizados.

Pedro: presença do secretário. E o cancelamento do Restaura Minas, quais os encaminhamentos agora? Respostas aos Esclarecimentos. Onde podemos apresentar as questões? Definir Próxima reunião do Consec. (JJ RO 19 de Maio). Precisamos ter em mente a necessária questão das formalidades do Consec.

Aryanne: Propõe encaminhamentos sobre o FEC, as definições, criação de GT.

Jussara: Entender se a reunião de 19 de maio vai conseguir cumprir a reunião que não tivemos em 10 de março; Lamenta o cancelamento do Restaura Minas, entendendo sua importância. FEC 2024: como está sendo a execução? E os retornos sobre o FEC, quando serão dados? Falou sobre postagem do governador, sociedade ficou indignada; Aponta a importância da fala do secretário ao início da reunião. Lembra do pacto de Construção do FEC ser feita junto com o Consec

Sidrach: Queremos entender o processo e quais os caminhos vamos tomar. Aponta que o Consec não é contrário ao Restaura Minas e lembra da necessidade de atuação conjunta com o CONEP.

Thaynã: os conselheiros teriam autonomia pra resolver pra onde direcionar o recurso. Comenta da ausência da Secult na audiência da ALMG e da ausência de alguns conselheiros da SC nos encontros. Aponta a questão da demora na convocação da reunião solicitada pela sociedade civil. Retomada do requalifica e outros editais profundamente necessário.

Eni : Queria entender melhor o tema. Quanto à decisão de cancelar, fica parecendo eu o Consec seria responsabilizado pelo cancelamento.

Leandro: Inesperado o cancelamento. Não houve resposta sobre o documento enviado pela sociedade civil. O Restaura Minas estava na listagem de 2024. As audiências na ALMG acontecem pela demora nas respostas. Acha um equívoco o cancelamento puro e simples. Criar uma cultura de aprimoramento para o FEC.

Marina: O que o secretário trouxe foi maravilhoso para o conselho. O secretário desistir foi sinal que ouviu. E agora o conselho define pra onde direcionar. Solicita o rodízio dos conselheiros

Wenderson: duas questões: a) prazo (tem que capturar na gravação). Solicita a questão do treinamento. Moção de repúdio em relação a um acontecimento relacionado à híbridos.

Luís: Como as pessoas vão entender a manifestação sobre o Restaura. Espera que haja debate maior sobre o recurso de forma global. Coloca -se à disposição para GT sobre o FEC

Maristela e Dom: Em resposta do Pedro, inicialmente são 22,4 milhões e vai buscar entender os empecilhos para operacionalizar o FEC 2024. Aponta sobre o edital de intercâmbio.

Pedro: agradece retorno

PNAB - Acompanhamento e avaliação dos Editais 2024

José Júnior: apresenta o material feito pelo Power BI de detalhamento dos editais da PNAB. Gráficos dos editais divididos por 11 panoramas, como percentual por região, percentual desses aprovados são negros, qual o percentual são mulheres, idosos, indígenas, LGBTQIAPN+, quantas cidades foram contempladas... Da forma como foi colocado no conjunto de editais e nos critérios, conseguiu uma participação principalmente de pessoas negras, uma participação maior do que em qualquer outro edital histórico da Secretaria. Então esse é um avanço considerável. O global do edital 2, 68% dos que levaram os recursos são pessoas negras, 8%, pessoas com deficiência, 13% LGBTQ. É em geral, é a principal dificuldade apresentada é para os indígenas acessarem, ou seja, nós avançamos com autodeclarados negros, com LGBTQIAPN+, mas indígena nós não conseguimos chegar nesse ponto. Então, depois nós temos que pensar soluções para isso, né?

Godoi: questiona o porquê de a regionalização não estar evidente nos resultados dos editais, seguindo a lógica de 2 editais por região intermediária classificados

Dom: responde que quando em escrito o suficiente em alguma região, acaba indo para ampla concorrência

Mariana Aze: sugere pensar em alternativas para redistribuir entre as regiões essas sobras que vão para ampla concorrência

Daiany Soares: coloca em pauta as dificuldades de quem está na região metropolitana de Belo Horizonte e reforça que a RI de BH não é apenas as grandes produtoras

Dom: propõe estudar a aperfeiçoar os próximos editais, com a SECULT sempre aberto para discutir e avançar. Reforça a fala do Eni de preservar as pessoas, para o edital não ser um processo agressivo.

Thaynã: propõe pensar em uma situação para evitar de acontecer de quem atingir a pontuação máxima não ser classificado porque não está incluso em nenhuma ação afirmativa do território 50% das vagas são reservadas para regionalização

Dom: defende que 26 é o número mínimo para cumprir as exigências do Minc e garantir ao

menos um contemplado por região, mas um número maior, acima de 52, ampliaria as oportunidades, incluindo aqueles que não se enquadram em critérios específicos, como o Tainã mencionou. Reforça a situação de aumentar o número de contemplados e diminuir o valor individual do prêmio, e insiste que 26 deve ser o mínimo para uma distribuição mais justa e abrangente

Werlen: preocupação com a pontuação da trajetória profissional, defende que a experiência e o tempo de trabalho dos profissionais deveriam ter um peso maior e não serem sobrepostos por outros requisitos, sugere uma reflexão e possível ajuste nessa pontuação para garantir uma avaliação mais justa e que valorize a experiência na área

Dom: concorda com a necessidade de repensar a definição e os critérios de "mestre" nos editais, especialmente em relação à idade, para não desestimular a participação de jovens e, conseqüentemente, prejudicar a culturas tradicionais. Propõe a reflexão sobre o que realmente define um mestre e sugere a criação de categorias separadas (como "tradicionais" e "contemporâneos" ou "jovens mestres" e "mestres") para garantir o reconhecimento dos mais experientes, mas também incentivar e incluir as novas gerações

Mary Arantes: fala da confusão de projetos de artesanato e moda e sobre a PNAB não ter trajetória somente para o artesanato, excluindo a possibilidade de exclusão de contagem de dados do artesanato. Sugere um manual de como delimitar essas diferenças

Eni: preocupação com a baixa participação e dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas, apesar das vagas reservadas. Aponta para um "número ínfimo de pacificados" como um sinal de que os editais ainda não alcançam efetivamente as culturas indígenas. Destaca problemas como a dificuldade com documentação e portfólios, a confusão em relação à inscrição de coletivos indígenas sem CNPJ como pessoas físicas, e a necessidade de um olhar mais sensível e adaptado para garantir uma participação mais justa e representativa dos povos indígenas nos futuros editais.

Dom: esclarece o funcionamento das vagas de cotas, explicando que vagas não preenchidas em uma categoria de cota são redistribuídas para outras categorias de cotas, e não para a ampla concorrência. Menciona a possibilidade futura de vídeo-inscrições como forma de facilitar o acesso de povos tradicionais aos editais

Jussara: levanta uma preocupação e propõe um debate sobre a forma como as ações afirmativas são operacionalizadas, sugere que o peso da pontuação das cotas não deveria sobrepor a qualidade dos projetos, mas sim atuar como um critério de desempate

Dom: explica como o número de inscritos superou as expectativas, a limitação do número de

análises por parecerista para atingir o teto de pagamento, o número real de pareceristas contratados (muito abaixo do ideal), as desistências de última hora, e a dificuldade de alocar pareceristas para cada área cultural, e com o aumento contínuo no número de inscrições afirma que será necessária uma reformulação do processo para garantir uma avaliação eficiente e justa

Jussara: propõe a análise de cada projeto por dois pareceristas, para garantir a impessoalidade da aprovação do recurso

Leandro: expressa a insatisfação da música com a qualidade dos pareceres dos projetos inscritos, avaliações superficiais, genéricas (sugerindo uso de inteligência artificial sem revisão humana). Demanda ações da Secult para qualificar os pareceristas e garantir um processo de recurso justo e transparente, com a análise dos recursos feita por um parecerista diferente daquele que avaliou o projeto originalmente

Dom: reforça o uso crescente da inteligência artificial tanto na elaboração dos projetos quanto na avaliação, levantando questões de como fiscalizar e determinar a validade ou invalidade dessa prática, menciona a existência de softwares para identificar textos gerados por IA

José Junior: fala da necessidade de retomar os Grupos de Trabalho que não avançaram devido à falta de resposta e disponibilidade dos membros, apesar da solicitação e da disposição em conduzi-los

Antony: critica a inclusão de diversas artes manuais na categoria de moda, defendendo que o artesanato deveria ter seu próprio edital de trajetória, levanta a questão do peso da trajetória em relação às ações afirmativas, para garantir o reconhecimento de profissionais experientes, e pergunta sobre o processo de avaliação e recurso dos projetos

Luiz Fabiano: defende a valorização da trajetória dos mestres e sabedores da cultura popular devido a vasta experiência e importância na transmissão cultural e questiona como os pareceristas avaliam a trajetória. Sugere a criação de uma premiação específica para jovens talentos ("folião do amanhã") sem desvalorizar a experiência dos mais velhos.

Godoi: coloca a necessidade de valorizar a "cauda longa" da moda, os artesãos, e questiona o número exato de inscritos devido a possíveis repetições. Expressa preocupação com os atrasos no cronograma de resultados e pagamentos, cobrando uma maior organização e cumprimento de prazos, questiona também sobre o processo de recursos e aponta inconsistências nas inscrições

Adriano Maximiano da Silva: reafirma a capacidade técnica do IEFA em auxiliar o Conse na tarefa de tornar mais precisas as definições de termos e conceitos relacionados às culturas tradicionais e populares nos futuros editais, para evitar interpretações equivocadas e garantir que os editais alcancem efetivamente os grupos e manifestações culturais que se pretende apoiar

Mariana Azze: aponta uma irregularidade no resultado final do edital para cineclubes, onde foram classificados projetos de cidades que não se enquadram no critério de população máxima de 50.000 habitantes estabelecido no edital, solicitando uma conferência dessa questão

Dom: esclarece que a equipe está ciente das denúncias e possíveis irregularidades nas inscrições e nas classificações, e que cada caso será verificado individualmente dentro do sistema para confirmar se há descumprimento das regras do edital, garantindo que proponentes em desacordo não serão contemplados

Mariana Azze: propõe um rodízio entre os pareceristas ou a designação de outra equipe para analisar os recursos, a fim de garantir um "novo olhar" sobre os projetos e uma chance justa e imparcial de correção de possíveis erros de avaliação

Pedro Pizelli: defende que a mesma pessoa avaliar seu próprio recurso é uma prática inexistente em qualquer processo sério e que a contratação de pareceristas específicos para analisar os recursos seria uma solução, a necessidade de acompanhamento por auditoria em todas as etapas, desde a contratação até a execução, para evitar interferências e garantir a lisura do processo

Jussara: reforçar a importância da colaboração e do diálogo direto com os setores culturais, além dos Grupos de Trabalho, como uma estratégia eficaz para o sucesso das iniciativas, enfatiza que o fórum representou a sociedade civil e os setores, e que a falta de representação de alguns se deu pela impossibilidade de organização desses grupos

Daiany Soares: reforça os problemas com setores que não estão sendo representados e pede para seguir para a votação e encerrar a reunião

Conselheiros pedem a leitura do que será votado

Bruno Takahashi: lê a moção a ser votada "Emoção de repúdio a manifestação feita pelo vereador Mateus Braga, conselho estadual de política cultural de Minas Gerais, CONSEC, por meio de seus representantes, repudia veementemente a declaração feita pelo vereador Mateus Braga em sessão da Câmara municipal de Ipatinga, que atacou a ponto de cultura e a Política nacional, Aldir Blanc, tratando de forma desrespeitosa e discriminatória adversidade cultural, arte e as políticas públicas que garante o fomento à cultura no município das falas. Deslegitimam o fazer artístico como expressão crítica, democrático e plural, ignorando o papel fundamental da pnab como ferramenta para garantir o acesso à e a visibilidade. Das diversas manifestações culturais, inclusive, inclusive aquelas voltadas para a diversidade de gênero e outras minorias. O fomento da cultura e a valorização de todas as formas de arte é dever do estado e o CONSEC

tem como missão orientar e fiscalizar a aplicação das políticas públicas para que essas cheguem de forma equitativa a todas as expressões culturais. A tentativa de minimizar o valor da arte ao reduzi-la a interesses políticos, ela desrespeitoso à classe artística e a cultura do estado de Minas Gerais. Reafirmamos nosso compromisso com a cultura inclusiva, democrática e cidadã em defesa da Liberdade de expressão e da diversidade cultural em Ipatinga e todo o estado de Minas Gerais.”

Aberta a votação

Bruno Takahashi: foram 14 votos a favor e 2 abstenções.

Bruno Takahashi: questiona se é “exigimos” retratação pública mesmo pelo conselho

Conselheiros decidem mudar, usando “solicitamos” ao invés de “exigimos”

Jussara: le a moção de repúdio a manifestação feita pelo governador “O conselho estadual de política pública cultural de Minas Gerais consec, manifesta publicamente seu veemente repúdio a declaração do governador Romeu Zema, que afirmou, “Artista que recebe recursos do estado é o instrumento de propaganda política. Ele não está fazendo arte. Ele está fazendo política e não fazendo arte. Citando o presidente argentino Javier Millay.” Tal afirmação deslegitima o fazer artístico, crítica e democrática e ignora que o fomento público em ferramenta essencial para garantir a diversidade e democratização do acesso à cultura, financiar e assegurar a arte em seu em seus diferentes fazeres. É dever do estado de elaboração de políticas públicas que este conselho tem como dever. Tentar e fiscalizar diminuir fazer artístico a mero instrumento de propaganda política é ultrajante e menospreza todo o setor cultural mineiro. Solicitamos retratação pública e reafirmamos o nosso compromisso com uma cultura diversa, democrática e cidadã.”

Bruno Takahashi: 11 conselheiros da sociedade civil votaram em favor e 3 abstenções

Daiany Soares: esclarecer que, antes de dar andamento à moção de repúdio, é necessário realizar uma verificação jurídica sobre a correta formatação e o teor do documento, por se tratar de uma moção direcionada a um chefe de estado, também questiona quem deve assinar a moção

Thaynã: lembrando que texto votado não pode ser alterado

Bruno Takahashi: reafirma que nada será alterado

Reunião encerrada.

Link da gravação da reunião: https://www.youtube.com/live/7s01isvX6Lc?si=zmVo19MQc25fQx_y



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Cidadão**, em 09/07/2025, às 23:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Ribeiro Batista, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Coutinho Azze, Cidadão**, em 10/07/2025, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eni Carajá Carajá Filho, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **morrison de oliveira, Usuário Externo**, em 14/07/2025, às 07:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Márcio Nascimento Pizelli, Usuário Externo**, em 14/07/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116396000** e o código CRC **45A0A689**.

Referência: Processo nº 1410.01.0004121/2024-05

SEI nº 116396000